

Lição de humildade

A humildade é virtude pouco cultivada entre nós, especialmente entre os "donos do poder". Talvez por não a cultivarem nossos tecnoburocratas, viu-se de repente o Brasil perdido no ar como se lhe tivessem, de um momento para outro, retirado de baixo dos pés a ilusória escada que lhe prepararam os dirigentes, pela qual subíamos com nosso orgulho de país emergente, que calçava o espírito "chauvinista de grande potência". Essa ilusão é que dava corpo (etéreo, viu-se afinal) às fundações do acordo nuclear, da "estrada dos mil dias", do II PND de triste memória e outros tantos projetos. Hoje, quando nossas autoridades financeiras se sentam humildemente no *Salão Barroco* do Hotel Plaza de Nova York — atente-se para a ironia da situação: haveria melhor símbolo do poder e da grandeza do que o Barroco? — para expor a todos os credores do Brasil a realidade a que chegamos levados pelo ideal de grandeza, talvez fosse conveniente lembrar que não vivem as nações apenas de arrogância e que um pouco de humildade é sempre indispensável a quem pretende ser homem de Estado.

Não se trata, de nossa parte, de ministrar lições de moralidade, movidos pelas circunstâncias e pelo espírito de Natal. Simplesmente registramos que no governo — do qual se deve dizer, com toda a honestidade, que em boa medida paga pelos erros cometidos no quinquênio anterior — ainda há pessoas capazes de ter a coragem de dizer aos brasileiros que devem ser humildes, porque o Brasil, longe de ser a grande potência do ano 2000, é, "sobretudo, um aglomerado de pequenos", em que a "figura predominante é o pequeno cidadão, é a pequena empresa, é o pequeno município". O Brasil não é, ao contrário do que se pensava,

um mercado de 120 milhões de habitantes: "O grande mercado brasileiro é o mercado do pobre".

O ministro Hélio Beltrão, de quem recolhemos essa lição de humildade na entrevista que nos deu e publicamos domingo, deve ter tido suas razões, nesta hora sombria, para afirmar aquilo que muitos pensam e poucos dizem. Boas e benfazejas, afinal, pois convida toda a classe política — governo e oposição por igual — a repensar o País em termos pouco consentâneos com o ufanismo que sempre foi nossa marca de fábrica. Os padrões de referência de s. exa. até hoje só foram utilizados por alguns poucos especialistas, ou pequenos setores da oposição — que, esta também, lentamente se foi convencendo da enormidade do território, da amplidão da população e do sem-limites do destino manifesto brasileiro. Em verdade, é preciso muita audácia para dizer que o Brasil é a oitava ou nona potência do mundo quando medida pelo PNB, mas a 45ª quando o padrão é a renda *per capita*.

Ver o Brasil como um aglomerado de pequenos e de pobres corresponde a uma atitude de humildade de inegável importância no momento em que tudo indica deva a economia brasileira submeter-se, como acentuávamos ainda neste domingo, a transformações estruturais para fazer face às exigências não do FMI, mas acarretadas pela megalomania dos projetos próprios de grandes potências. Ao mesmo tempo, porém, deixa transparecer um ponto mais delicado: a absoluta descoordenação que lavra no governo. Enquanto o ministro da Previdência dá seu recado a homens de empresa, de certa maneira dizendo-lhes que ainda há no governo quem pense no pequeno e médio empresário, e à classe política, mostrando a realidade do País, persiste em

outro setor a mentalidade do ufanismo, de que é exemplo o caso da Nuclebrás, a derramar contratos de construção de usinas atômicas como se estivéssemos nadando em dinheiro nosso, ou poupança do Exterior.

Essa falta de sintonia entre os diferentes setores do governo causa espanto, no momento em que todos estão conscientes da necessidade de o País usar uma só linguagem — ao menos no âmbito da administração. Que adianta o ministro Beltrão recomendar que aterrissemos todos na realidade do mercado para produzir "um fogão, um carro barato, uma geladeira popular", se no outro lado só se pensa no gigantismo dos projetos? Para estes, é como se o Brasil fosse constituído ou por aquela pequena parcela (pequena estatisticamente, diga-se de passagem) dos *have*, ou por aquela ínfima (estatisticamente, inclusive) categoria social de *rendeiros*, os que o ministro da Previdência chama com acerto de "agiotas revoltados", isto é, os brasileiros que encontram mais incentivos na aplicação não produtiva e sem risco de sua poupança do que no empenho em transformá-la em ações das empresas, sendo sócios do desenvolvimento do país pobre, para dessa maneira fazê-lo rico e grande.

Sacudido pela crise do balanço de pagamentos, o presidente Figueiredo precisa afinal assumir a direção de fato do governo para impedir coisas do tamanho do disparate da Nuclebrás. Se s. exa. se preocupa tanto com o aspecto social das iniciativas, o ministro Beltrão deu-lhe receita pelo menos de bom senso — coisa que falta, e muito, aos que querem fazer usinas nucleares e ainda teimam em pensar que crescer é pedir dinheiro emprestado a credores pouco exigentes. Ou que pareciam sê-lo...